

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CAMPUS CAICÓ
CURSO DE BACHARELADO E LICENCIATURA EM ENFERMAGEM**

LOHANNY ARAUJO DE BRITO

**PARTICIPAÇÃO POPULAR E A BUSCA PELA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS
SOCIAIS: TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE ATINGIDOS PELA BARRAGEM
DAS OITICICAS, RN**

CAICÓ-RN

2024

LOHANNY ARAUJO DE BRITO

**PARTICIPAÇÃO POPULAR E A BUSCA PELA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS
SOCIAIS: TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE ATINGIDOS PELA BARRAGEM
DAS OITICICAS, RN**

Monografia apresentada à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado e Bacharel em Enfermagem.

ORIENTADORA: Prof^ª. Dra. Maura Vanessa Silva Sobreira

CAICÓ-RN

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

B862p Brito, Lohanny Araújo de
Participação popular e a busca pela efetivação de
direitos sociais: trajetória do movimento de atingidos pela
barragem das oiticicas, RN. / Lohanny Araújo de Brito. -
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2024.
51p.

Orientador(a): Profa. Dra. Maura Vanessa Silva
Sobreira.

Monografia (Graduação em Enfermagem).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Barragens. 2. Participação da comunidade. 3.
Movimento social. I. Silva Sobreira, Maura Vanessa. II.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

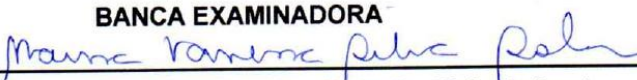
LOHANNY ARAUJO DE BRITO

**PARTICIPAÇÃO POPULAR E A BUSCA PELA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS
SOCIAIS: TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE ATINGIDOS PELA BARRAGEM
DAS OITICICAS, RN**

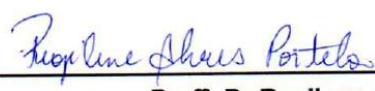
Monografia apresentada a Universidade
do Estado do Rio Grande do Norte –
UERN, como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciada e
Bacharel em Enfermagem.

Aprovado em 29 / 05 / 2024.

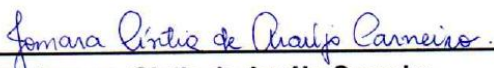
BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Maura Vanessa da Silva Sobreira (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte



Profª. Dr Regilene Alves Portela
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte



Ma. Jomara Cíntia de Araújo Carneiro
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, que foi minha fonte diária de força em todos os anos de graduação e também durante a elaboração deste trabalho. Sua presença cotidiana me ajudou a superar todas as dificuldades surgidas ao longo do caminho, não me permitindo fraquejar ou desistir diante do cansaço e dos obstáculos que foram surgindo, ele me direcionou sempre por caminhos certos para alcançar meus objetivos com êxito.

Aos meus pais, Valdenilson e Risoneide, por serem a minha base e combustível diário, acreditarem na minha capacidade e me apoiarem durante todo o processo. E como não dedicar palavras especiais a minha mãe, que esteve comigo nos momentos mais difíceis, me incentivando a não desistir e sonhando os meus sonhos junto comigo, mesmo com todas as dificuldades. Essa conquista é para você.

Aos meus avós maternos Romualdo e Creuza, principalmente a senhora voinha, minha apoiadora incondicional, a pessoa que me presenteou com o meu primeiro jaleco e que não mediu esforços para me ajudar da maneira que poderia durante esses anos. Para a senhora a minha gratidão infinita e o meu muito obrigada por tudo.

Aos meus familiares, principalmente meus tios Francisco, Rubnaldo, Rivaldo e Rita, por toda ajuda e apoio ao longo dessa caminhada.

Aos meus verdadeiros amigos, que me apoiaram e estiveram ao meu lado direta ou indiretamente me encorajando a seguir com os meus objetivos e me mantendo motivada nos momentos difíceis. Obrigada por todas as palavras de ânimo e incentivo que fizeram toda diferença ao longo do processo.

A minha orientadora, Maura Vanessa, por desempenhar a função com maestria, pela confiança depositada no meu trabalho, pela paciência em me ensinar e pela prontidão e dedicação durante a construção deste trabalho.

Por fim, a todas as pessoas que não acreditavam no meu potencial, agradeço de coração, pois isso fez com que cada crítica ou palavra negativa se transformassem em pilares que eu fui subindo e vencendo diariamente.

RESUMO

A construção de barragens vem sendo marcada por lutas, resistências e conquistas de populações atingidas por esses empreendimentos ao longo do tempo. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) de origem nacional e autônoma surge entre as décadas de 1970-80 com o objetivo de organizar os atingidos antes, durante e depois da construção dos barramentos. Nessa perspectiva, o MAB acaba servindo como ponto de apoio para as comunidades e famílias na busca por direitos tendo em vista que na grande maioria das vezes a implantação desses empreendimentos acontece de forma repentina e sem aviso prévio e como não existe no Brasil uma legislação que defina ou proteja os atingidos por barragens a resolução dos conflitos entre população e governo torna-se cada vez mais difícil. Dessa forma, o estudo apresenta como objetivo principal analisar as narrativas de atingidos pela Barragem das Oiticicas acerca da realocação e readaptação para a nova comunidade Barra de Santana. Utiliza-se como metodologia a pesquisa de caráter exploratório e descritivo com abordagem qualitativa, com a aplicação de questionário semiestruturado contendo questões de caracterização dos participantes e questões específicas acerca do tema. Os dados foram interpretados a partir da técnica de análise de conteúdo de Bardin. Observou-se que existem lacunas deixadas durante o processo de construção da obra principalmente relacionadas às questões sociais que compreendem as indenizações, o despreparo do governo quanto a construção da nova comunidade e o suporte psicológico que deveria ter sido ofertado a população, acabam por evidenciar a permanência de alguns desafios. Igualmente, é importante destacar que existe na população o reconhecimento da importância do movimento dos atingidos e da união popular na conquista e defesa dos interesses da comunidade. Desse modo, os achados evidenciaram que o pouco contato do governo com a população atingida antes do início das obras, tornaram a mesma extremamente polêmica, mal planejada, mal executada e cara para o governo e, sobretudo para a comunidade de Barra de Santana que sofreu as consequências diretas das injustiças cometidas durante a construção do barramento.

Palavras-Chave: barragens; participação da comunidade; movimento social.

ABSTRACT

The construction of dams has been marked by struggles, resistance and conquests of populations affected by these projects over time. The Movement of People Affected by Dams (MAB) of national and autonomous origin emerged between the 1970s and 80s with the aim of organizing those affected before, during and after the construction of dams. From this perspective, the MAB ends up serving as a point of support for communities and families in the search for rights, considering that in the vast majority of cases the implementation of these projects happens suddenly and without prior notice and as there is no legislation in Brazil that define or protect those affected by dams, resolving conflicts between the population and government becomes increasingly difficult. Thus, the main objective of the study is to analyze the narratives of those affected by the Oiticicas Dam regarding relocation and readaptation to the new Barra de Santana community. The methodology used is exploratory and descriptive research with a qualitative approach, with the application of a semi-structured questionnaire containing questions characterizing the participants and specific questions about the topic. The data were interpreted using Bardin's content analysis technique. It was observed that there are gaps left during the construction process of the project, mainly related to social issues that include compensation, the government's lack of preparation regarding the construction of the new community and the psychological support that should have been offered to the population, which end up highlighting the some challenges remain. Furthermore, it is important to highlight that the population recognizes the importance of the movement of those affected and popular unity in achieving and defending the interests of the community. Thus, the findings showed that the government's little contact with the affected population before the works began, made it extremely controversial, poorly planned, poorly executed and expensive for the government and especially for the community of Barra de Santana, which suffered the direct consequences of the injustices committed during the construction of the dam.

Keywords: dams; community participation; social movement.

LISTA DE SIGLAS

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

PNAB - Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens

PDAB - Programa de Direitos dos Atingidos por Barragens

RN - Rio Grande do Norte

VMS - Velhos Movimentos Sociais

NMS - Novos Movimentos Sociais

MST - Movimento dos Sem-Terra

MMA - Movimento das Mulheres Agricultoras

UHE - Usinas Hidrelétricas

RS - Rio Grande do Sul

SC - Santa Catarina

CRAB - Comissão Regional de Atingidos por Barragens

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

EPI - Equipamento de Proteção Individual

UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 OBJETIVOS.....	14
2.1 Objetivo Geral.....	14
2.2 Objetivos Específicos.....	14
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
3.1 Como ocorreu a Formação do MAB.....	15
3.2 MAB e a Luta pela Garantia dos Direitos Sociais dos Atingidos pela Barragem das Oiticicas.....	19
4 METODOLOGIA.....	23
4.1 Local de Realização do Estudo.....	23
4.2 Método a ser Utilizado.....	23
4.2.1 Plano de Recrutamento e População/Amostra do Estudo.....	23
4.2.2 Instrumento e Procedimento de Coleta de Dados.....	24
4.2.3 Tratamento dos Dados.....	25
4.3 Garantias Éticas aos Participantes da Pesquisa.....	26
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	27
5.1 Caracterização dos Participantes.....	27
5.2 Movimento dos Atingidos pela Barragem das Oiticicas: Perspectivas dos Participantes.....	29
5.2.1 Importância da Construção da Barragem das Oiticicas.....	29
5.2.2. O impacto das Paralisações e o que Levou a População a fazer Protestos... 32	
5.2.3. Sentimentos e Sensações sobre a Nova Comunidade.....	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICES.....	42
ANEXOS.....	48

1 INTRODUÇÃO

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) de origem nacional e autônoma surge entre as décadas de 1970-80, durante a ditadura militar, período de grande intensificação dos grandes projetos hidroeletrólitos e tem em sua história uma longa bagagem marcada por lutas, resistências e conquistas. O objetivo principal do movimento é organizar os atingidos por barragens (antes, durante ou depois da construção dos empreendimentos) (MAB, 2021 apud Lima, 2021). O MAB reúne então: camponeses, trabalhadores rurais, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, populações urbanas e outros que pertencem a grupos sociais inferiorizados e inviabilizados. Participam jovens, adultos, crianças e idosos, homens e mulheres, pessoas de diferentes etnias subjugadas, marginalizadas e excluídas (Santos, 2014).

Não existe no Brasil uma legislação que defina ou proteja os atingidos por barragens. Não há nada que garanta seus direitos perante as empresas do setor elétrico, perante a sociedade. Assim sendo, em sua pauta de reivindicações ao governo o MAB apresenta a criação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), na qual entre os principais pontos estão à definição do conceito e dos direitos dos atingidos; bem como as formas de reparação dos danos. Além disso, apresenta como proposta também a criação em cada empreendimento de um Programa de Direitos dos Atingidos por Barragens (PDAB) para assegurar os direitos estabelecidos na PNAB (Santos, 2014).

É destaque também da política a importância da criação de uma conta PNAB para o financiamento da política de direitos, bem como, a criação de um órgão de estado responsável pela política, com a participação dos atingidos. A criação e oficialização da PNAB seriam de grande valia para as populações impactadas por barramentos que na grande maioria das vezes é tratada como marionete das empresas responsáveis pelos empreendimentos como também, do próprio governo e que por não encontrarem o apoio nas leis acabam ficando reféns das promessas e dos discursos bonitos ditados pelo governo (Santos, 2014).

Devido os intensos períodos de seca na região nordeste a construção de barragens acabou se tornando uma das principais estratégias governamentais para o acúmulo de grandes volumes de água, caminho esse que tem como objetivo

principal diminuir os agravos populacionais ocasionados pelas secas frequentes da região. No entanto, a construção desses empreendimentos acaba ficando a desejar no quesito não somente da minimização dos impactos ambientais causados como também na questão social no sentido de realocação da população atingida. O MAB calcula mais de um milhão de pessoas desapropriadas para a construção de barragens, sendo que a cada cem famílias atingidas, setenta delas têm seus direitos negados pelas empresas responsáveis (MAB, 2021 apud Lacerda, 2021).

Levando-se em consideração que para a população atingida por barramentos, um dos impactos de maior proporção é a privação de seu lugar, o artigo 216 da Constituição Federal estabelece como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, de ordem coletiva ou individual, dotados de referência à identidade, à ação e à memória social. Nessa perspectiva, o MAB acaba servindo como ponto de apoio para as comunidades e famílias na busca por direitos tendo em vista, que na grande maioria das vezes a implantação desses empreendimentos acontece de forma repentina e sem aviso prévio (Lacerda, 2021).

Os territórios tradicionais, as manifestações culturais, o imaginário local e o sentimento de pertença são parte do elo entre o homem e o território, pois perder esses elementos significa perder sua territorialidade. Com isso, devemos considerar também que tanto as empresas quanto o próprio governo majoritariamente acaba por enxergar o atingido apenas como o indivíduo passível de indenização e deixa de lado as questões sociais, emocionais, históricas e econômicas tornando o processo de desapropriação ainda mais difícil. Outros pontos que acabam ganhando destaque quando o assunto é barragem que vai além de questões emocionais são os conflitos que envolvem as indenizações; remanejamento dos atingidos e atraso no prazo de entrega das obras sociais, o que acaba gerando ainda mais transtorno; medo e insegurança em uma já fragilizada população (Lacerda, 2021).

Após a grande seca de 1977, que culminou com a morte de mais de 2 milhões de nordestinos, o Estado passou a intervir através da construção de barragens e obras de irrigação (Lima, 2021). O reservatório Barragem das Oiticicas, localizado no município de Jucurutu, no Rio Grande do Norte (RN), cuja principal motivação para a sua construção foi o aumento da segurança hídrica para as populações dos municípios da região, acabou ficando conhecida não somente pelos

benefícios hídricos trazidos principalmente para o interior de RN, como também por suas polêmicas, devido às inúmeras paralisações, orçamentos ultrapassados e prazos de conclusão diversas vezes adiados.

A origem de todo o conflito envolvendo a conclusão da obra iniciou-se pelo descontentamento popular principalmente do distrito de Barra de Santana, povoado de Carnaúba Torta e sítios vizinhos que serão diretamente atingidos pelas águas da barragem. Apesar das lacunas existentes com relação à conclusão da obra, não podemos deixar de ressaltar que a mesma acabou gerando emprego principalmente para os residentes das comunidades atingidas que antes as atividades para o sustento estavam baseadas apenas na caça, pesca e “bicos”.

Contudo, apesar de os moradores estarem economicamente assegurados até a conclusão completa das obras físicas e sociais, a população de Barra de Santana e sítios vizinhos ainda ansiavam por respostas do governo que não haviam sido completamente esclarecidas, tendo em vista que há quase 20 anos os moradores se preparavam para o dia da desapropriação e despedida do lugar que foi palco de diversas histórias e momentos vividos por muitas gerações que ficará na memória dos que tiveram a oportunidade de vivenciar e servirá de história contada para as próximas gerações por quem viveu na pele a tristeza, a emoção, a dor, a luta e a saudade de ver a sua comunidade submersa.

Afinal, a quem pense que o que está envolvido é apenas os bens materiais, entretanto, vai muito além disso, a memória e história de luta de uma comunidade com aproximadamente 245 famílias que existe a pouco mais de 150 anos. Lutar não contra a construção da barragem, mas contra toda a injustiça, mentira, falta de respeito e empatia do governo com a comunidade de Barra de Santana. Paralelo a isso, a motivação para a realização da pesquisa se origina a partir da proximidade com a história de luta da comunidade de Barra de Santana, como também a participação direta da pesquisadora enquanto moradora da comunidade que vivenciou na pele diversos momentos desde as paralisações até as incontáveis reuniões realizadas objetivando acordos entre os atingidos e o governo. Outrossim, será possível que outras populações que por ventura venham a ser atingidas por barramentos utilizem como inspiração a história de luta da comunidade. Além de que, a abordagem dessa temática servirá de registro eternizado para as futuras

gerações de Barra de Santana conhecerem um pouco do que foi vivenciado no passado, bem como a contribuição para a formação acadêmica de diversos públicos.

A luta da comunidade teve início devido ao andamento desmedido da obra física da barragem enquanto a parte social sequer tinha saído do papel. O Movimento dos Atingidos pela construção da Barragem Oiticica liderou 4 (quatro) paralisações das obras, motivados pelo descumprimento dos cronogramas das ações sociais, relacionadas ao reassentamento e ao pagamento das indenizações dos atingidos (Lima, 2021).

O presente estudo objetivou discorrer as narrativas dos moradores da comunidade de Barra de Santana localizada no município de Jucurutu no estado do Rio Grande do Norte, a partir das percepções sobre a realocação para a nova comunidade e o processo de readaptação ao novo local.

A investigação foi de extrema relevância para identificar a percepção dos próprios moradores no que diz respeito à Nova Barra de Santana, pois são eles os verdadeiros protagonistas da história envolvida por trás da construção do complexo barragem das oiticicas e da imensa visibilidade que tanto o movimento quanto a própria comunidade tiveram ao longo de todo o processo de construção tanto das obras físicas quanto das obras sociais.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as narrativas de atingidos pela Barragem das Oiticicas acerca da realocação e readaptação para a nova comunidade Barra de Santana.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer o perfil sócio-demográfico dos atingidos pela Barragem das Oiticicas;
- Compreender acerca da realocação para a nova comunidade Barra de Santana;
- Conhecer os mecanismos de readaptação para a nova comunidade Barra de Santana.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 COMO OCORREU A FORMAÇÃO DO MAB

A partir da década de 1970, no momento mais tenso da ditadura militar brasileira, a luta de diversas organizações que reivindicam o fim do regime e batalham pela conquista de direitos, produziu uma atmosfera política que potencializou a força de luta dos movimentos sociais (Rocha; Nunes, 2017). A organização e ação popular, defendendo seus interesses, ocorrem de várias formas e vão se transformando e se ajustando ao longo da história. Fica visível no Brasil dois momentos bem distintos na estruturação dos movimentos sociais: Velhos Movimentos Sociais (VMS) e Novos Movimentos Sociais (NMS) (Scherer; Warren, 1996 apud Foschiera et al, 2009).

Os VMS ocorreram antes do golpe militar no país (1964) e, no campo, estavam ligados a figuras carismáticas, que concentravam grandes poderes sobre seus integrantes. A luta armada foi um marco presente destes movimentos (Foschiera et al, 2009). Neste contexto, vários exemplos se destacaram em nível nacional: Contestado (Santa Catarina e Paraná, 1912), Trombas e Formosa (Goiás, 1952), Ligas Camponesas (Nordeste, 1950-1960) (Oliveira, 1996 apud Foschiera et al, 2009).

Os NMS têm sua projeção na década de 70. Surgiram combatendo a repressão imposta pelo Estado a partir da tomada do poder pelos militares e questionando as formas de dominação que o capital vinha impondo sobre os trabalhadores. Buscam o fortalecimento da sociedade civil, para que ela tivesse maior poder de decisão sobre seus rumos (Foschiera et al, 2009). Alguns dos NMS no campo que tem abrangência nacional: o Movimento dos Sem-Terra (MST), o Novo Sindicalismo Rural, o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), o movimento dos camponeses integrados, o movimento dos operários do campo. São grupos sociais que passam a se manifestar, buscando um espaço para si e seu reconhecimento social. Buscam uma identidade e o seu reconhecimento como cidadãos (Grzibowsky, 1991 apud Foschiera et al, 2009).

É dentro das características dos NMS que vai surgir o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB (Foschiera et al, 2009). No Brasil, a mobilização dos atingidos teve como um dos berços as comunidades dos municípios atingidos pelas

usinas hidrelétricas (UHE) da bacia do rio Uruguai do norte gaúcho e oeste catarinense (Rocha; Nunes, 2017).

Na década de 1970, no contexto da crise mundial do petróleo, para manter o crescimento econômico e demanda por energia elétrica, movido pelo desenvolvimento acelerado da economia, o governo brasileiro investiu em projetos de construção de Usinas Hidrelétricas, consideradas de baixo custo de investimento e de grande produção de energia (Foschiera et al, 2009). O novo modelo energético proposto pelo Estado como forma de desenvolver o setor industrial, especialmente na região Sudeste do Brasil, previa a construção de grandes usinas hidrelétricas no país. Na bacia do rio Uruguai, por seu relevo acidentado, em forma de vale, entre as obras prioritárias para o início da década de 1980 estava às barragens de Machadinho/RS e de Itá/SC (Rocha; Nunes, 2017).

Juntamente com a construção das usinas hidrelétricas ocorre o desalojamento e reassentamento de milhares de famílias, que sofrerão drásticas mudanças no seu modo de vida. Já é uma grande perda para essas famílias terem que abandonar suas residências e comunidades onde construíram suas histórias, mas o problema se agrava, pois terão ainda que lutar para conseguirem uma indenização justa, se isto for possível algum dia (Foschiera et al, 2009). Os grandiosos projetos e a ausência de um plano de desapropriação e reassentamento foram um marco para o início do processo de organização dos colonos atingidos e para a criação da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), em 1979, na região do alto Uruguai (Rocha; Nunes, 2017).

Das construções de hidrelétricas resultou a mudança de mais de 1 milhão de pessoas, que foram atingidas pelas águas represadas, para novas áreas. Esses reassentamentos não ocorreram sem antes ter havido muitas manifestações por parte dos atingidos, que não aceitavam, sem questionamento ou protestos, ter que sair de forma compulsória das áreas onde se encontravam (Foschiera et al, 2009).

Com o intuito de ampliar a luta dos atingidos por barragens, que estava regionalizada, ocorreu em 1989 o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, onde optou-se pela constituição de uma organização em nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens no Brasil. Em março de 1991 ocorreu o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, no qual se oficializou a constituição do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB),

em escala nacional, e declarou-se o dia 14 de março como Dia Nacional de Luta Contra as Barragens (Foschiera et al, 2009).

O MAB tornou-se um movimento popular que visa organizar a população atingida ou ameaçada por barragens para lutar contra a construção de grandes barragens e/ou pela garantia de seus direitos de indenização, colaborando com isso para a construção de um novo modelo energético. Articula os interesses dos atingidos frente as empresas, autoridades, Estado e outras entidades envolvidas nos projetos de construção de hidrelétricas. Os integrantes são, na maioria, pequenos agricultores, trabalhadores rurais sem terra (meeiros, parceiros, arrendatários, diaristas, posseiros, etc.) povos indígenas, populações quilombolas, pescadores e mineradores (Foschiera et al, 2009).

Os projetos com a dimensão de uma barragem provocam mudanças significativas no ambiente e em várias vertentes do ambiente socioeconómico, tanto a nível positivo como a nível negativo. As barragens submergem vales, alteram regimes climáticos, inundam terrenos agrícolas e florestais e podem, como ocorreu em muitos casos, submergir núcleos de povoamento com consequências diretas na desterritorialização de comunidades autóctones que, deste modo, se vêm forçadas a abandonar os respetivos territórios pessoais (Fernandes, 2008 apud Coutinho; Morais, 2018).

No Brasil, na Bacia do rio São Francisco, somando o número de relocados dos barramentos de Paulo Afonso I (1948), Três Marias (1950), Paulo Afonso II (1955) e III (1967), Moxotó (1970), Sobradinho (1973), Paulo Afonso IV (1975), Itaparica (1979) e Xingó (1987), mais de 250.000 pessoas foram atingidas e deslocadas para outras áreas (Amaral; Santos, 2018). Estas barragens foram construídas com o objetivo de gerar energia elétrica, mas o preço que se pagou para este “progresso” foi o sofrimento dos ribeirinhos que perderam seus bens materiais, seus espaços de referências e sua identidade ficaram submersas por promessas que, após quatro décadas, até hoje alguns choram a partida de parentes desterrados e dos espaços de outrora onde viviam e criavam seus filhos (Amaral; Santos, 2018).

As décadas de 1970 e 1980 do século XX marcaram as vidas de milhares de famílias que habitavam o semi-árido do Rio Grande do Norte. Finalmente, depois de muitos estudos e especulações, o governo federal, em 1975, resolveu executar o Projeto Baixo-Açu e construir a barragem Engº Armando Ribeiro Gonçalves, uma

das maiores do nordeste. O projeto atingiria os municípios de Jucurutu, Açu, Santana dos Matos, Ipanguaçu e São Rafael (Souza, 2010).

São Rafael, à época com uma população de 7 mil habitantes distribuídos em 1.557 famílias, recebeu o maior ônus da “chegada do desenvolvimento” anunciado pelo projeto do governo: seria totalmente coberto pelas águas da barragem. Todavia, dizia-se que o sacrifício seria compensado através da construção, pelo DNOCS, de uma cidade nova “dentro dos mais rigorosos critérios de conforto e urbanismo”, para onde deveriam instalar-se as atingidas (Carvalho, 1999; Vargas, 1987 e 1991 apud Souza, 2010).

A princípio é preciso considerarmos que a chegada da notícia da construção da barragem gerou desconfianças. A população de São Rafael, ou, pelo menos, uma parcela dela, sabia da existência dos planos do governo em construir aquele reservatório de água, mas preferia não acreditar, haja vista que esse projeto estava guardado há décadas. Era difícil crer que áreas ricas em recursos naturais como a xelita e o mármore, fontes geradoras de riquezas para alguns grupos econômicos do país, seriam cobertas pelas águas. O descrédito nos governantes também contribuía para que aquela população fizesse pouco caso dos comentários quanto à construção da barragem e do que estava por vir (Souza, 2011).

Contudo, não havia tranqüilidade em São Rafael. Apesar das promessas de uma vida melhor e de sonhos que seriam realizados, a insegurança com relação ao futuro predominava. O exílio daquela população não tinha a mínima possibilidade de retorno. Diante de tantas dúvidas e incertezas, os moradores de São Rafael estavam divididos. Para muitos, era como a chegada do fim dos tempos (Souza, 2010).

No primeiro semestre de 1983, a população migrou para a nova cidade. Da antiga São Rafael, podemos ver apenas a torre da sua igreja, um ponto perdido no meio de bilhões de metros cúbicos de água da barragem, mas também um cartão postal da cidade, uma área de lazer, um espaço da saudade para os mais velhos e um ponto de referência para as gerações atuais (Souza, 2010).

Quase trinta anos depois de instalados na nova São Rafael, muitos rafaélenses, principalmente os mais jovens, avaliam a situação atual de sua cidade como que “parada no tempo”, atrasada e que pouco ou nada teve de benefícios com a construção da barragem. Eles julgam que o Projeto Baixo-Açu trouxe desenvolvimento para algumas cidades, enquanto para seu município os efeitos

positivos foram pífios. Tal observação torna patente o caráter ambivalente desse projeto, como dos demais que foram implementados no Brasil. As experiências têm demonstrado que não podemos mais considerar como necessariamente bom para todos, o que vem com um selo de certificação dado pela ciência e pela técnica. A palavra progresso esconde contradições, interesses, representações (Souza, 2011).

O caso ocorrido em São Rafael – uma cidade que morreu e renasceu em nome de uma política pública de modernização – mostra-nos que a história humana é uma aventura desconhecida. A experiência que marcou as vidas daquelas pessoas deixa claro que o futuro permanece aberto e imprevisível, e que o progresso, mesmo que seja possível, é incerto. As histórias de vida dos seus moradores evidenciam o fato de que o futuro não é um dado (Souza, 2010).

Cabe ressaltar que historicamente o Estado brasileiro pouco efetivou ações para com as populações atingidas por barragens. A garantia jurídica existente para os atingidos é o Decreto-Lei nº 3.356 de 1941, que reconhece como atingidos apenas os proprietários de terra com escritura que forem desapropriados pelas obras e estabelece a indenização em dinheiro como única compensação. Este decreto não assegura a negociação coletiva de preços, o reassentamento e o direito de livre opção. Além disso, ele nega o “direito” dos não proprietários e todos os outros atingidos pela obra: professores, comerciantes, posseiros, indígenas, pescadores e municípios (PNAB, 2013).

Apenas em 2010, 59 anos depois do Decreto 3365/41, outro dispositivo legal veio tratar dos direitos dos atingidos. O decreto 7.342 de 2010 que criou o cadastro socioeconômico dos atingidos, estabelecendo um conceito legal de atingido por barragem. No entanto, a regulamentação do decreto em junho de 2012, realizada por uma Comissão Interministerial, entre eles o Ministério de Minas e Energia, privatizou o cadastramento dos atingidos. Essa medida, na prática, transformou o cadastro, que deveria assegurar direitos, em mais um negócio para as empresas (PNAB, 2013).

3.2 MAB E A LUTA PELA GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DAS OITICICAS

Os direitos são reivindicados através de processos de luta, alianças, convencimento na sociedade para serem “reconhecidos” pelo Estado, através de

um marco regulatório (lei, decreto, etc.). Quanto mais consistente o marco regulatório, com recursos e órgão responsável (e pessoas), mais efetiva a política. A criação de um marco legal transformaria em política pública aquilo que hoje é uma conquista social, que significaria a universalização e o reconhecimento de que todos atingidos por barragens no Brasil possuam os mesmos direitos (PNAB, 2013).

O MAB surge como uma resposta popular ao modelo energético excludente adotado pelo Brasil. Com a desterritorialização de milhares de indivíduos, houve a formação de grupos de pessoas atingidas pelas barragens que não encontravam mais um lugar, um espaço no qual pudessem identificar-se e desenvolver suas vidas. A trajetória do MAB constituiu-se um importante instrumento político com forte apelo ideológico de combate às práticas neoliberais implantadas durante as últimas décadas do século 20, com a formulação de propostas alternativas sobre a questão energética e do modelo de desenvolvimento socioeconômico aplicado no Brasil (Santana; Schonardie, 2014).

Se a população das cidades atingidas pela barragens, seja ribeirinha, indígena ou não, deseja impedir a construção de uma barragem em razão dos impactos ambientais, sociais e econômicos que serão produzidos, deve organizar-se para conseguir fazer com que seus direitos sejam respeitados e suas reivindicações acolhidas. A organização do MAB serve para reunir (conectar os oprimidos); para esclarecer (clarificar a mente); para despertar (alertar as pessoas); e para, através da força do movimento, lutar pela concretização da dignidade humana das pessoas atingidas pelas construções de barragens (Santana; Schonardie, 2014).

O MAB, em sua pauta de reivindicações, apresentou ao governo federal a criação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). A proposta concreta da Política Nacional de Direitos representa o acúmulo da experiência e das lutas sociais desenvolvidas (PNAB, 2013).

A implementação da PNAB é importante porque já se constataram inúmeros impactos na vida das populações atingidas pelas barragens que não são adequadamente reparados. Por conseguinte, faz-se mister à formulação de uma política pública comprometida com a efetivação dos direitos dos atingidos e das

atingidas por barragens e à reparação de danos em sua complexidade (Maso et al, 2023).

É nesse sentido que a instituição da PNAB tem um papel fundamental a ser considerado, pois assegurar efetivamente os direitos de atingidos e atingidas implica não apenas compreendê-los em sua coletividade e, com isso, tentar adequar suas realidades às instituições clássicas do Direito, mas justamente observar as lacunas normativas que devem ser preenchidas a fim de ampliar o arcabouço legal que ampara seus direitos fundamentais (Maso et al, 2023).

A falta de um marco legal que defina o conceito de atingido, com a previsão de seus direitos e deveres, e com o estabelecimento da devida responsabilidade do empreendedor e do Estado, expõe as populações atingidas à margem da discricionariedade do empreendedor. Na história dos atingidos e das atingidas pelas barragens, apenas a mobilização social tem assegurado uma adequada reparação (MAB, 2013 apud Maso et al, 2023).

Refletir acerca da justa indenização aos grupos sociais atingidos por barragens conecta-se com questões relacionadas à saúde, alimentação, educação, previdência, ou seja, todo o conjunto de direitos relacionados à reprodução social da vida, com especial atenção ao pleno exercício dos direitos culturais e a necessidade de uma gestão territorial comprometida com o meio ambiente ecologicamente equilibrado (Maso et al, 2023).

Deste modo, a PNAB prevê o fornecimento de bases legais às vítimas de desastres envolvendo as grandes estruturas que são as barragens, possibilitando a indenização e compensação dos danos sofridos e dando maior efetividade à proteção deste bem de uso comum que é o meio ambiente (Maso et al, 2023). Cabe destacar portanto que, na implantação de barragens os impactos ambientais ocorrem mesmo antes do enchimento do reservatório. Como exemplo, tem-se a instalação e a operação do canteiro de obras, que entre outras coisas, promove a geração de poeira, ruído, trepidação, lançamento de materiais particulados, desmatamento da bacia hidráulica (feito para conservar a qualidade da água a ser represada), a exploração de jazidas de empréstimo (que retira a cobertura vegetal deixando a área exposta a agentes erosivos) (Silva; Forbeloni, 2017). Com isso, em

23/01/86 com a resolução nº 001/86 estabelece definições, responsabilidades, critérios básicos e diretrizes gerais para uso e implementação da avaliação de impactos ambientais, definem as atividades para as quais se exige EIA / RIMA (Mirra, 1998 apud Martins; Paschoarelli, 2016). Esses teriam como fundamentos essenciais constituir os procedimentos de avaliação do impacto ambiental no âmbito das políticas públicas, além de fornecer os subsídios para o planejamento e a gestão ambiental, vislumbrando assim, a prevenção relativa aos danos ambientais (Basso; Verdum, 2006).

4 METODOLOGIA

4.1 LOCAL DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO

O projeto foi desenvolvido no Distrito de Barra de Santana, situado no município de Jucurutu/RN. A comunidade é relativamente pequena, abrigando aproximadamente 245 famílias que vivem de atividades rurais, benefícios do governo ou que trabalham nos poucos empregos oferecidos na comunidade.

A estrutura física da referida comunidade atualmente conta com 1 escola de ensino fundamental, 1 creche para crianças a partir de 3 anos de idade, Unidade Básica de Saúde, padaria, 2 igrejas, sendo 1 católica e 1 evangélica, 2 lanchonetes e 4 mercadinhos.

4.2 MÉTODO UTILIZADO

Foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo com abordagem qualitativa, para melhor contemplar os objetivos propostos.

O estudo exploratório forneceu informações que ampliaram a familiaridade do pesquisador com a temática estudada explorando cenários e possibilidades que ainda não haviam sido estudados sobre a situação atual da comunidade de Barra de Santana. Já a pesquisa descritiva auxiliou na análise minuciosa e profunda do tema fornecendo informações adicionais concedidas pela própria população.

O estudo qualitativo forneceu suporte ao pesquisador em loco, pois auxiliou na análise das evidências fornecidas por meio de dados verbais que não podem ser mensurados numericamente.

4.2.1 PLANO DE RECRUTAMENTO E POPULAÇÃO/AMOSTRA DO ESTUDO

População é caracterizada como a totalidade de elementos sob estudo que apresentam uma ou mais características em comum. Já a amostra diz ser apenas uma parte da população de estudo (Bergamaschi; Souza; Hinnig, 2010).

A população deste estudo foi constituída por moradores da comunidade Barra de Santana.

Para garantir a ampla participação, foi realizado agendamento para coleta de dados. Foi reservado espaço que garantisse a privacidade e sigilo. Dessa forma, foram considerados os seguintes critérios para participação no estudo:

- Critérios de inclusão – 1) ter participado do movimento dos atingidos pela barragem das oiticicas; 2) residir na comunidade Barra de Santana; 3) assinar o TCLE.
- Critérios de exclusão – 1) ter menos de 18 anos; 2) não aceitar participar; 3) não ter conhecimento sobre o assunto.

Desse modo, a pesquisa foi realizada com 19 participantes, sendo 17 mulheres e 2 homens, atingindo 95% da população total formada por 20 participantes. Considerando que 1 participante foi excluído por não se encaixar nos critérios de inclusão. No entanto, a amostra foi suficiente para que os objetivos do estudo fossem alcançados.

4.2.2 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado para coletar os dados foi um questionário semiestruturado (APÊNDICE B) organizado por uma série ordenada de perguntas, contendo questões de caracterização dos participantes e questões específicas acerca do tema.

A coleta de dados ocorreu no mês de dezembro de 2023. A execução foi autorizada após encaminhamento de um ofício da coordenação do curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) ao representante legal do movimento dos atingidos pela barragem das oiticicas, explicando os objetivos do estudo como também pedindo a autorização para a sua execução através do Termo de Anuência e após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Antes da aplicação do instrumento de coleta os participantes foram informados sobre os objetivos do proposto estudo como também foi apresentado aos mesmos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisa foi realizada após a aceitação em participar e mediante a leitura e assinatura do TCLE.

A aplicação do instrumento foi realizada individualmente em ambiente adequado, preservando e priorizando a privacidade e sigilo. A coleta foi agendada previamente e respeitou as medidas de biossegurança, tendo em vista o contexto pandêmico. Logo, o discente e a coordenadora da pesquisa assumiram total responsabilidade pelo uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), bem como, uso de máscara cirúrgica, álcool em gel e distanciamento de dois metros do entrevistado, para que se obtivesse uma entrevista segura e dentro das recomendações de combate a COVID-19.

4.2.3 TRATAMENTO DOS DADOS

Após o processo de coleta, os dados foram transferidos para uma tabulação no Excel para melhor organização das informações, apresentando os resultados em forma de tabela. A interpretação e análise dos dados obedeceram a um procedimento de análises dos conteúdos qualitativos, conforme a técnica de análise de conteúdo de Bardin. Para Santos (2012) a análise do conteúdo segundo a técnica de Bardin (2011) é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.

A etapa da análise de conteúdo consistiu em discutir, analisar e interpretar os dados coletados, seguindo as fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

A partir desse método, emergiram-se três categorias: Importância da construção da Barragem das Oiticicas; O impacto e o que levou a população às paralisações da obra; Sentimentos e sensações sobre a nova comunidade.

4.3 GARANTIAS ÉTICAS AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Na formação da pesquisa foram considerados os requisitos apresentados pela Resolução 466/2012, que trata de pesquisa e testes em seres humanos. Dentre as exigências da resolução, está a obrigatoriedade de que os participantes, ou representantes deles, sejam esclarecidos sobre os procedimentos adotados durante toda a pesquisa e sobre possíveis riscos e benefícios (Brasil, 2012).

Portanto, a pesquisa seguiu as exigências da resolução, onde foram apresentados e esclarecidos os procedimentos que seriam seguidos durante a pesquisa, respeitando a ética e visando proteger os direitos e deveres dos integrantes da pesquisa. Procurou-se esclarecer ao máximo que a participação era de livre e espontânea vontade, podendo desistir caso o participante optasse e precisasse, o acesso ao conteúdo da pesquisa será disponibilizado, ressaltando que os mesmos assinaram o TCLE. O estudo foi direcionado ao Comitê de Ética em Pesquisa da UERN e aprovado CAAE 67144123.8.0000.5294 com parecer nº 5.968.792

O estudo ofereceu riscos mínimos em relação à dificuldade em falar do assunto, haja vista que existe um apego emocional extremo da população à antiga comunidade. Esses riscos foram minimizados com o esclarecimento de que a pesquisa poderia ser interrompida a qualquer momento em caso de interesse do participante e ser retomada posteriormente, assim como a liberdade de desistir a qualquer momento da pesquisa caso fosse vontade do mesmo. Por outro lado, ressaltou-se que a concretização da pesquisa traria um grande benefício para que fosse possível compreender o processo envolvido na temática estudada, possibilitando o levantamento de estratégias para minimizar os efeitos dos barramentos em populações futuras.

Por fim, os dados coletados foram armazenados em CD-ROM e caixa arquivo, guardada por no mínimo cinco anos sob a responsabilidade do pesquisador responsável (orientador) no Departamento de Enfermagem, a fim de garantir a confidencialidade, a privacidade e a segurança das informações coletadas, e a divulgação dos resultados foi feita de forma a não identificar os participantes da pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da investigação foram organizados considerando a caracterização dos participantes e os discursos acerca da temática explorada.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Os participantes do estudo foram caracterizados quanto à idade, sexo, nível de formação escolar, formação profissional, participação no movimento dos atingidos pela Barragem das Oiticicas e pela satisfação com as indenizações recebidas pelo governo. A tabela 1 apresenta, de maneira estatística, as informações sobre as variáveis:

Tabela 1 - Caracterização dos Participantes da Pesquisa quanto à idade, sexo, nível de formação escolar, formação profissional, participação no movimento dos atingidos pela Barragem das Oiticicas e pela satisfação com as indenizações recebidas pelo governo:

Variáveis		
Idade	n	%
22 ----- 30	3	15,0%
31 ----- 40	5	25,0%
41 ----- 50	9	45,0%
51 ----- 70	1	5,0%
71 -----80	1	5,0%
Sexo	Nº	%
Feminino	17	85,0%
Masculino	2	10,0%
Nível de Formação Escolar	Nº	%
Ensino Fundamental Completo	1	5,0%
Ensino Fundamental Incompleto	6	30,0%
Ensino Médio Completo	12	60,0%
Ensino Médio Incompleto	0	0%
Formação Profissional	Nº	%
Agricultor	9	45,0%

Auxiliar de Serviços Gerais	2	10,0%
Enfermeiro (a)	1	5,0%
Agente Comunitário de Saúde	2	10,0%
Professor (a)	4	20,0%
Funcionário (a) público	1	5,0%
Participação no Movimento dos Atingidos pela Barragem das Oiticicas	Nº	%
Participei Diretamente	12	60,0%
Participei Indiretamente	7	35,0%
Não Participei	1	5,0%
Satisfação com as Indenizações Recebidas pelo Governo	Nº	%
Muito Satisfeito	1	5,0%
Parcialmente Satisfeito	11	55,0%
Insatisfeito	7	35,0%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

A maioria dos participantes possui entre 41 e 50 anos, sendo 45%; 25% entre 31 e 40 anos e 15% entre 22 e 30 anos. Quanto ao sexo, 85% são mulheres. Em relação ao nível de formação escolar, 5% concluíram o ensino fundamental, 30% têm o ensino fundamental incompleto e 60% concluíram o ensino médio. Quanto à formação profissional, 45% são agricultores. Quanto à participação no movimento dos atingidos pela barragem das oiticicas, 60% participaram diretamente e 35% participaram indiretamente. Em relação à satisfação com as indenizações recebidas pelo governo, 5% estão muito satisfeitos, 55% estão parcialmente satisfeitos e 35% estão insatisfeitos.

A partir dos dados apresentados, é possível identificar que o perfil dos participantes é predominantemente feminino e de agricultores. As mulheres da contemporaneidade, deixaram a função apenas de reprodutora e cuidadora do lar e passaram a assumir uma identidade social mais autônoma e independente, garantindo inúmeras vezes sozinha a subsistência da família, dessa forma, a participação das mulheres nos movimentos sociais significa o rompimento com os limites de sua vida cotidiana, restrita ao lar e passa a discutir nestes espaços não somente os problemas relacionados ao custo de vida, escola e habitação (Bellozo;

Rezende, 2000). Outra observação importante a partir dos dados está relacionada ao fato de que metade dos participantes da pesquisa é composta por agricultores responsáveis por uma agricultura bastante diversificada, dedicada à criação de alguns animais, ao plantio de capim, o cultivo de milho, batata, feijão, melancia etc, tanto para a venda quanto para o consumo familiar.

Também podemos verificar que a maioria da comunidade participou diretamente do movimento, o que acaba demonstrando o comprometimento e interesse da população para reivindicação de seus direitos e objetivos conjuntos. Isso se deve principalmente ao fato de que à medida que as obras avançavam, a população não via as construções de sua nova localidade começar, essa situação despertou o sentimento de insegurança quanto ao futuro da comunidade e à necessidade de lutar pela garantia e preservação de seus direitos (Silva; Santos, 2017 apud Lacerda, 2021).

5.2 MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE OITICICAS: PERSPECTIVAS DOS PARTICIPANTES

A partir do processo de análise dos dados qualitativos emergiram-se três categorias seguintes: Importância da construção da Barragem das Oiticicas; O impacto e o que levou a população às paralisações da obra; Sentimentos e sensações sobre a nova comunidade. A primeira aborda a compreensão da população sobre a barragem e o entendimento sobre o MAB, além da contribuição do movimento para acelerar a construção da nova comunidade. A segunda categoria vai apontar sobre a perspectiva dos participantes sobre o papel do Estado durante a obra, bem como o impacto das paralisações das obras da barragem e o que levou a população atingida a fazer tantos “protestos”. Já a terceira fala sobre a dificuldade de adaptação à nova comunidade e o que a população acha da mesma, como também à volta à antiga comunidade depois da mudança.

Para a identificação dos participantes utilizou-se “E”, seguido de um hífen e número definido a partir da ordem de coleta.

5.2.1 Importância da construção da Barragem das Oiticicas

Oitica tem a particularidade de se apresentar como uma obra fundamental para a proposta de desenvolvimento do Rio Grande do Norte (Alves; Ferreira;

Oliveira, 2019). O atual projeto não serve apenas para acumular água do rio Piranhas Açu, servirá igualmente de reservatório às águas do projeto de transposição do rio São Francisco, promovendo a agricultura de irrigação nas suas áreas e acumulando água para complemento da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, facilitando igualmente a chegada de água a diversas regiões do interior do Rio Grande do Norte através da atual rede de adutoras (Alves; Ferreira; Oliveira, 2019).

Quando questionados sobre a obra, os participantes demonstram que compreendem bem a importância dessa construção e conseguem falar sobre o MAB e sua contribuição na construção da nova comunidade.

“Tem uma grande importância hídrica para a região do Seridó que sofre com a falta de água”. (E-7)

“É importante para armazenar água e gerar renda, ou seja, tem uma grande importância social e econômica”. (E-10)

“Foi um movimento de luta que contribuiu para que a população conseguisse alcançar tudo que almejava”. (E-13)

“É um movimento onde moradores se unem para lutarem pelos direitos de quem será atingido pela obra”. (E-2)

“Ajudou em tudo, pois se não fosse o movimento e a união do povo, o governo só teria feito a obra da barragem e mais nada”. (E-17)

“Sim, algumas contribuições foi a população conseguir escolher o local da nova comunidade e participar das decisões”. (E-10)

A partir das respostas pontuadas, é notório que a população tem uma perspectiva ampliada sobre a importância da barragem das oiticicas para a região do Seridó destacando nas falas as melhorias hídricas e também econômicas

trazidas pela obra. As respostas coletadas revelam também o quando o movimento dos atingidos por barragens (MAB) contribuiu para que a população alcançasse todas as reivindicações desejadas. Merece destaque também o fato de que os participantes conseguem definir com clareza o movimento dando ênfase à união e à luta da população.

Diante do exposto anteriormente, o desenvolvimento regional, geração de empregos e fomento para uma base industrial com potencial exportador costumam ser citados como motivos adicionais para a construção de grandes barragens. Outras metas incluem a geração de renda advinda de exportações, seja através da venda direta de eletricidade, de produtos agrícolas ou de produtos processados por indústrias eletrointensivas, como a indústria do alumínio. Claramente, as barragens podem desempenhar um papel importante em atender as necessidades das pessoas (Comissão Mundial de Barragens, 2000).

Dessa forma, percebemos que a seca não se constitui apenas como um elemento climático no meio do semiárido, ela funciona como uma impulsionadora de inúmeras formas de pensar e construir o espaço (Lacerda, 2021). Tomando como base o fato de que a água é o elemento fundamental para o desenvolvimento da sociedade em todos os seus âmbitos. No semiárido nordestino, as inúmeras restrições à disponibilidade e uso deste recurso são causas das diferenças socioeconômicas e ambientais existentes entre a população da região, assim como também desta com as demais regiões do país (Lacerda, 2021). Com isso, estruturar o sertão a partir das obras de engenharia, como as barragens, tecnologias e ciência pode apresentar maiores resultados na promoção de segurança hídrica (Lacerda, 2021).

Sendo assim, o reservatório de Oiticica possibilitará melhorias no abastecimento humano e industrial, auxiliará a irrigação de solos agricultáveis (expandido a agricultura irrigada), permitirá o desenvolvimento da piscicultura, servirá para o controle de enchentes no Vale do Açu, além de ser uma alternativa de reserva hídrica para o reservatório Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves em períodos de longa estiagem. Outros benefícios complementares trazidos pela barragem seriam a geração de energia elétrica e o desenvolvimento da recreação e do lazer (Silva; Forbeloni, 2017).

5.2.2. O impacto das paralisações e o que levou a população a fazer protestos

Buscando entender o cenário minado por lutas e resistências no processo de garantia por direitos e as tensões causadas pelas reivindicações do movimento dos atingidos pela construção da barragem das oiticicas, questionou-se aos participantes sobre o cumprimento das obrigações com a população por parte do governo, os impactos das paralisações da obra e os motivos que levaram a população a realização dos protestos. As falas demonstram a insatisfação da população com os entes governamentais bem como o fato de as paralisações terem sido a chave para a conquista dos direitos da comunidade.

“Não, faltou que o governo abrigasse toda a população que vivia na barra velha, pois teve pessoas que não receberam casas nem terrenos”. (E-5)

“Cumpriu parcialmente, conseguimos casas para quem não tinha, temos saneamento, porém as casas deixaram a desejar e as indenizações também”. (E-12)

“Não cumpriu, As casas dos inquilinos não tem muita qualidade, as demais casas precisaram de reparos, pois não foram pensadas para a região”. (E-19)

“As paralisações foram à base de tudo, porque foi através delas que a população conseguiu tudo o que tem hoje”. (E-1)

“As paralisações foram muito importantes porque sem elas não teríamos conquistado tudo o que temos hoje mesmo não sendo 100% ”. (E-3)

“Sim teve impacto, se não fosse toda a repercussão e visibilidade do movimento não teríamos nem casa pra chamar de nossa”. (E-18)

“A população viu nos protestos a única forma de chamar a atenção do governo para a construção da parte social que até então estava no papel”. (E-11)

“A falta de interesse do governo para começar a construir a barra nova e também o desrespeito, pois as máquinas começaram a chegar do nada sem nenhuma explicação”. (E-9)

“A falta de respeito com a população, às máquinas chegaram e começou tudo sem nenhuma explicação e se não tivéssemos feito nada teríamos saído no chute”. (E-3)

A partir das respostas, nota-se que o cenário envolvido na construção da barragem das Oiticicas foi marcado por polêmicas, resistência, lutas e conquistas. Praticamente desde o momento em que foi lançada a construção da barragem das Oiticicas surgiram vários focos de conflito iniciados principalmente com a entrada das máquinas na comunidade, sem qualquer explicação ou comunicação prévia à população. O conflito em torno das indenizações da parte social da obra também pautou muitas vezes a suspensão da parte física da mesma.

É importante ressaltar que, a história das barragens, criadas para o bem das populações, surge associada a enormes conflitos sociais, que têm conduzido a confrontos entre os atingidos pelas barragens e as forças governamentais, responsáveis pela implantação destas infraestruturas. As populações são confrontadas com a irreversibilidade de um processo e com um sentimento de perda, onde entram aspectos de difícil avaliação como sejam, as ligações a um local e a perda de tradições ancestrais passadas de geração em geração e que fazem parte da cultura de um povo (Coutinho; Morais, 2018).

De forma geral, o aumento de frequência dos conflitos se deve, por um lado, às dificuldades na implementação das políticas que regulam o acesso e uso dos recursos naturais e, por outro lado, às dinâmicas sociais e econômicas associadas, na medida em que os conflitos surgem vinculados à realidade social, econômica e política da região ou país em que se desenvolvem (Alves; Ferreira; Oliveira, 2019). Fica claro, portanto, que a consulta pública, a participação e o acesso à informação

são requisitos essenciais para o desenvolvimento deste tipo de projetos. As comunidades afetadas, os atingidos, devem estar a par dos riscos e das consequências associadas para que possam proteger eficazmente os seus direitos (Coutinho; Moraes, 2018).

Nesse contexto, merece destaque a atuação do movimento dos atingidos que desempenhou um papel fundamental frente à população de Barra de Santana na conquista dos bens materiais que foram alagados pelas águas da barragem. A primeira conquista foi a escolha do local em que foi construída a nova comunidade. A segunda foi a construção das agrovilas para os não proprietários e sem-terra da comunidade de Carnaúba Torta, contando com uma casa e lotes de terras agricultáveis. A terceira foi a construção de 41 casas para as famílias que moravam em casa cedidas ou eram inquilinas.

5.2.3. Sentimentos e sensações sobre a nova comunidade

As construções de barramentos são carregadas de fortes discursos ideológicos, que projetam a ideia de que os ganhos compensam os eventuais prejuízos do alagamento de grandes áreas e transferências compulsórias de populações para outros locais, por vezes, distantes da área de origem (Azevedo et al, 2018 apud Lacerda, 2021). No caso de Barra de Santana, ocorreu a perda daquilo que Saïd (1990) chamou de “geografias imaginárias”, pois a identidade que origina das relações cotidianas com o lugar foi rompida durante o processo de desterritorialização da comunidade para sua reterritorialização em um novo local (Lacerda, 2021).

Os participantes da pesquisa mostraram que estão tendo muita dificuldade para se adaptar a nova comunidade principalmente considerando o fato de que a maioria não se sente em casa e relatam ter muita saudade dos anos que viveram na antiga comunidade e de um tempo que não volta mais e mesmo com todo o sentimentalismo e tristeza em ver o local que foi palco de tantos momentos vividos praticamente em ruínas, a maioria já voltou a antiga comunidade para matar a saudade e para ter a sensação de está em casa novamente.

“Tenho sim, não gosto daqui, não me sinto em casa. Me sinto em outra cidade com as mesmas pessoas”. (E-6)

“Tive e tenho dificuldade, só estou aqui porque é o jeito e não posso voltar à antiga”. (E-20)

“Eu gosto daqui, porém preferia a outra. Aqui tenho sempre a sensação de que falta alguma coisa”. (E-14)

“Acho até boa, porém eu preferia a outra. É muito difícil na minha idade começar do zero” (E-15)

“Voltei, a sensação foi de muita tristeza em ver tudo destruído, o suor de tanto trabalho” (E-16)

“Voltei sim, o sentimento que tive foi de muita tristeza e saudade, porém não tem o que fazer. Aqui é nosso lugar agora”. (E-8)

Os efeitos das barragens sobre a vida das pessoas não são devidamente medidos e reparados (Benincá, 2011 apud Lacerda, 2021). Isso ocorre porque os programas de reassentamento estão voltados para a mudança geográfica das comunidades atingidas e ignoram os aspectos sociais, culturais e econômicos do processo (Lacerda, 2021).

O fato é que a obra física desde o início foi tratada como prioridade, enquanto a comunidade foi tratada com descaso e a falta de um apoio psicológico para minimizar os efeitos da mudança está refletida diretamente na fala dos participantes, ou seja, as conquistas e avanços frutos das mobilizações dos atingidos em décadas de luta ainda não se transformaram em direitos, o que tem ocasionado o tratamento diferenciado dos “mesmos” atingidos, em “diferentes” estados, por “diferentes” empresas, causando graves violações aos direitos humanos (PNAB, 2013).

Na prática, em cada lugar as empresas aplicam sua política, ou seja, os atingidos não são considerados, ficando à mercê da lógica empresarial (PNAB, 2013). A realidade é que nunca o Estado brasileiro se preocupou efetivamente com as populações atingidas por barragens e como resultado temos que hoje praticamente inexistente um marco legal que assegure os direitos dos atingidos, enquanto para as empresas, praticamente todos os anos são aprovadas leis e

incentivos. São criadas empresas, órgãos e agências estatais para certificar licitações e contratos. Em contrapartida, as conquistas dos atingidos dependem unicamente de suas lutas sociais (PNAB, 2013). Nesse sentido, é importante refletir que as lutas sociais se inserem numa amplitude de contradições, determinações e conflitos próprios da sociedade capitalista em que estão inseridas. Sociedade essa caracterizada como espaço de luta organizada, de relações desiguais de poder e de acesso fragmentado (Lima, 2021).

Paralelo a isso, reitera-se que mesmo após os inegáveis avanços conseguidos pela comunidade as contradições e desafios existentes na construção de oiticias acabaram refletidos diretamente na população que sofre atualmente com as consequências diretas do pouco espaço que os atingidos têm atualmente na sociedade como também, do descaso e falta de interesse do governo em realocar e garantir o suporte necessário para todos do início ao fim do empreendimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo pretendeu compreender sobre a participação popular e a efetivação de direitos sociais da população atingida pela barragem das Oiticicas, na comunidade de Barra de Santana, levando em consideração a trajetória do movimento dos atingidos pela barragem, as polêmicas envolvidas na construção do empreendimento, a luta da comunidade com o governo, as injustiças cometidas ao longo de toda a construção da obra e a dificuldade de adaptação à nova comunidade considerando fatores sociais, emocionais, históricos e econômicos envolvidos no processo.

Os objetivos do estudo foram alcançados por meio de uma abordagem ampla e multidisciplinar, tendo como foco principal as dimensões sociais relacionadas à construção da barragem das Oiticicas na comunidade Barra de Santana, além de considerar também as narrativas dos atingidos, o perfil sócio-demográfico e o processo de realocação e readaptação na nova comunidade. Além disso, o estudo identificou as principais motivações dos atingidos para a criação do movimento responsável por diversas paralisações da obra, o que acabou proporcionando uma compreensão ampliada das ações populares que levaram os moradores de Barra de Santana a iniciar as lutas.

Ademais, torna-se evidente a partir dos achados que existem lacunas deixadas durante o processo de construção da obra principalmente relacionadas às questões sociais que compreendem as indenizações, o despreparo do governo quanto a construção da nova comunidade e o suporte psicológico que deveria ter sido ofertado a população, acabam por evidenciar a permanência de alguns desafios. O pouco contato do governo com a população atingida antes do início das obras, além das lacunas existentes no próprio projeto de construção de oiticica tornaram a obra extremamente polêmica, mal planejada, mal executada e cara para o governo e, sobretudo para a comunidade de Barra de Santana que sofreu as consequências diretas das injustiças cometidas durante a construção do barramento.

Quanto aos principais resultados, pode-se observar que mesmo com as conquistas pelo movimento, os direitos sociais ainda não foram completamente assegurados, deixando a desejar nos quesitos relacionados principalmente a moradias, saúde e indenizações. No que diz respeito às moradias, o governo

deveria ter tido o cuidado minucioso de aprovar um projeto de casas que fossem pensadas para a realidade do Seridó, tendo em vista que as pessoas que foram afetadas relataram que houve a necessidade de muitos reparos nas mesmas. A questão das indenizações também deveria ter sido executada com mais igualdade considerando que muitas pessoas se sentiram prejudicadas com o tipo de ressarcimento que receberam e também é fato que até os dias atuais alguns ainda não chegaram a receber. Quanto às questões relacionadas à saúde, os moradores da comunidade deveriam ter tido um apoio psicológico para dar suporte e auxílio à saúde mental e emocional da população principalmente pelo fato de que grande parte morou na antiga comunidade desde que nasceu, construindo família, raízes e toda uma história de vida.

Além do mais, é importante destacar que mesmo com as lacunas existentes no processo de construção de oiticica, existe na população o reconhecimento da importância do movimento dos atingidos e da união popular na conquista e defesa dos interesses da comunidade. No entanto, a falta de políticas públicas mais efetivas para os atingidos acaba dificultando a execução de muitos direitos conquistados por populações atingidas por barragens que acabam ficando grande parte das vezes reféns das promessas governamentais que na grande maioria nunca saem do papel.

Em síntese, as principais contribuições da pesquisa, estão centradas na identificação detalhada da participação popular no movimento dos atingidos pela barragem das oiticicas, a importância do mesmo na luta da comunidade contra as injustiças, além de servir de base para intervenções governamentais em futuras construções de barramentos, tornando-se também um registro eternizado para as futuras gerações de Barra de Santana conhecerem um pouquinho de tudo que foi vivenciado no passado pela comunidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Adzamara Rejane Palha; SANTOS, Juracy Marques dos. **A barragem de sobradinho e os atingidos de Santo-Sé-BA**. Campina Grande, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/50465>. Acesso em: 15 set. 2023.

ALVES, Maciane Nunes Silva da; FERREIRA, José Gomes; OLIVEIRA, Herbert Emmanuel Lima de. **Políticas públicas e conflito ambiental no processo de construção da barragem de oiticica**. Anais I CONIMAS e III CONIDIS. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/63772>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens**. Secretaria Nacional do MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://mab.org.br/wp-content/uploads/2022/11/PNAB-Politica-Nacional-de-Direitos-das-Populacoes-Atingidas-por-Barragens.pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

BELLOZO, Edson; REZENDE, Maria José de. **A participação das mulheres nos movimentos sociais brasileiros nas décadas de 1970 e 1980: a luta pela redemocratização**. Londrina, 2000. Disponível em: <https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/edsonbellozo.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BASSO, Luis Alberto; VERDUM, Roberto. **Avaliação de impacto ambiental: Eia e Rima como instrumentos técnicos e de gestão ambiental**. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/674.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2024.

COUTINHO, Elizabeth; MORAIS, Maria Manuela. **Da construção das barragens aos atingidos: o caso do açude de castanhão no Semiárido Cearense (BR)**. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/24963>. Acesso em: 15 set. 2023.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões**. 2000. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/cmb_sumario.pdf. Acesso em: 22 fev. 2024.

FOSCHIERA, Atamis Antonio el at. Organização e atuação do movimento dos atingidos por barragens: o caso do MAB/TO. **Revista pegada**, v. 10, n. 1, p. 134-146, Jun. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.33026/peg.v10i1.1684>. Acesso em: 14 set. 2023.

LIMA, Micarla Duarte de. Trajetória de luta e resistência do movimento dos atingidos pela construção da barragem oitica em Jucurutu/RN. *In*: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 10., 2021. Ambiente virtual. **Anais eletrônicos** [...]. Ambiente virtual, 2021. P. 1-14. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/anais.html>. Acesso em: 02 nov. 2022.

LACERDA, Mirrayla Campos Feitosa. **Avaliação dos impactos socioambientais da construção do reservatório oitica - Jucurutu/RN**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2021.

MASO, Tchenna Fernandes el at. Parecer técnico: audiência pública sobre os direitos das populações atingidas por barragens. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 709-736, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/44130>. Acesso em: 27 out. 2023.

MARTINS, Danúbia Fernanda Gomes; PASCHOARELLI, Roger Saner Lucas Breder. **Impactos ambientais da construção de uma barragem de um reservatório para abastecimento de água na cidade de Caratinga MG**. Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://dspace.doctum.edu.br/bitstream/123456789/628/1/Tcc%20Danubia%20e%20Roger.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2024.

ROCHA, Humberto José da; NUNES, Leonardo André Felipe Carneiro. Breve panorama histórico do movimento dos atingidos por barragens (MAB) na bacia do rio Uruguai e o conflito da futura usina hidrelétrica em Itapiranga (SC). **Revista grifos**, v. 26, n. 42, p. 251-266, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v26i42.3862>. Acesso em: 14 set. 2023.

SANTOS, Mariana Corrêa dos. O conceito de “atingido” por barragens - direitos humanos e cidadania. **Revista direito e práxis**, Rio de Janeiro, v.6, n.11, p.113-140, dez. 2014. ISSN 2179-8966. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/12698/12409>. Acesso em: 13 nov. 2022.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. **Revedo e revivendo os “tempos bons”: imagens e testemunhos da antiga São Rafael-RN**. Recife, 2010. Disponível em: https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1268863331_ARQUIVO_Historal-Recife-FcodasChagas.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. **“Foi como um fogo que passou e acabou com tudo”: de quando São Rafael-RN transformou-se em Atlântida**. São Paulo, 2011. Disponível em: [http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/14/1300880773_ARQUIVO_AnpuhSP2011\(FcoChagasSSouza\).pdf](http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/14/1300880773_ARQUIVO_AnpuhSP2011(FcoChagasSSouza).pdf). Acesso em: 16 set. 2023.

SANTANA, Leidiane Santos de; SCHONARDIE, Elenise Felzke. **Movimentos sociais em prol do acesso à terra: MAB**. Salão do conhecimento, 2014. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaokonhecimento/article/view/3695>. Acesso em: 27 out. 2023.

SILVA, Ana Sulamita Bezerra da; FORBELONI, Jacimara Villar. **Os impactos ambientais e sociais da construção da barragem de oiticica - Jucurutu/RN**. Itajubá, 2017. Disponível em: <https://anais.eneds.org.br/index.php/eneds/article/view/481>. Acesso em: 22 fev. 2024.

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN

Campus Caicó

Curso de Graduação em Enfermagem



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa “**Participação popular e a busca pela efetivação de direitos sociais: trajetória do movimento de atingidos pela Barragem das Oiticicas, RN**” coordenada pelo (a) **Profª. Dra. Maura Vanessa Silva Sobreira** e que segue as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas Complementares. Sua participação é voluntária. O que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Caso decida aceitar o convite, será submetido ao seguinte procedimento: aplicação de questionário cuja responsabilidade de aplicação é de **Lohanny Araujo de Brito**, graduanda em Enfermagem do Campus Avançado de Caicó, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. As informações coletadas serão organizadas em banco de dados em programa estatístico e analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e inferencial.

Essa pesquisa tem como objetivo geral: “Analisar as narrativas de atingidos pela Barragem das Oiticicas acerca da realocação e readaptação para a nova comunidade Barra de Santana”. E como objetivos específicos: Conhecer o perfil sócio-demográfico dos atingidos pela Barragem das Oiticicas; Compreender acerca da realocação para a nova comunidade Barra de Santana; Conhecer os mecanismos de readaptação para a nova comunidade Barra de Santana.

O benefício desta pesquisa é a possibilidade de possíveis contribuições para populações que venham a ser atingidas por barramentos no intuito de melhorar a qualidade da comunicação entre governo e atingidos.

Os riscos que o paciente da pesquisa estará exposto são de desconforto durante a abordagem da temática. Esses riscos serão minimizados mediante: Garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não será preciso colocar o nome do mesmo; Para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas a discente Lohanny Araujo de Brito aplicará o questionário e somente a discente Lohanny Araujo de Brito e o pesquisador responsável poderão manusear e guardar os questionários; Sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, visto que não será divulgado dado que identifique o participante; Garantia que o participante se sinta à vontade para responder aos questionários e Anuência das Instituições de ensino para a realização da pesquisa.

Os dados coletados serão, ao final da pesquisa, armazenados em CD-ROM e caixa arquivo, guardada por no mínimo cinco anos sob responsabilidade do pesquisador responsável (orientador) no Departamento de Enfermagem a fim de garantir a confidencialidade e a segurança das informações coletadas, e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes e o responsável.

Você ficará com uma via original deste TCLE e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para o pesquisador Profa. Dra. Maura Vanessa Silva Sobreira da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/RN, Campus Caicó, na Av. Rio Branco, número 725 – Centro – Caicó. Tel. (84) 3421-6513.

Dúvidas a respeito da ética desta pesquisa poderão ser questionadas ao **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN)** – Faculdade de Medicina da UERN – Rua Miguel Antônio da Silva Neto s/n – Aeroporto. Home Page: <http://www.uern.br> – e-mail: cep@uern.br – CEP: 59607-360 – Mossoró – RN, Tel. (84) 3312-7032.

Se para o participante houver gasto de qualquer natureza, em virtude da sua participação nesse estudo, é garantido o direito a indenização (Res. 466/12 II.7) – cobertura material para reparar dano – e/ou ressarcimento (Res. 466/12 II.21) – compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação – sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Dra. Maura Vanessa Silva Sobreira.

Não será efetuada nenhuma forma de gratificação por sua participação. Os dados coletados farão parte do nosso trabalho, podendo ser divulgados em eventos científicos e publicados em revistas nacionais ou internacionais. O pesquisador estará à disposição para

qualquer esclarecimento durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo. Após todas essas informações, agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Consentimento Livre

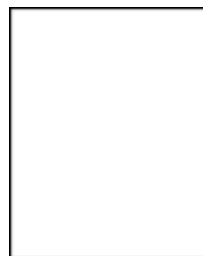
Concordo em participar desta pesquisa “**Participação popular e a busca pela efetivação de direitos sociais: trajetória do movimento de atingidos pela Barragem das Oiticicas, RN**”. Declarando, para os devidos fins, que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais serei submetido (a) e dos possíveis riscos que possam advir de tal participação. Foram garantidos a mim esclarecimentos que venham a solicitar durante a pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa ou a minha família. Autorizo assim, a publicação dos dados da pesquisa, a qual me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Cidade, ____/____/____

Documento assinado digitalmente
 MAURA VANESSA SILVA SOBREIRA
Data: 31/01/2023 22:39:59-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante



Lohanny Araujo de Brito – Aluna do Curso de Enfermagem, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Caicó, no endereço Av. Rio Branco, número 725 – Centro – Caicó. Tel. (84)3421-6513.

Prof^a. Dra. Maura Vanessa Silva Sobreira (Orientador da Pesquisa – Pesquisadora Responsável) – Curso de Enfermagem, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Caicó, na Av. . Rio Branco, número 725 – Centro – Caicó. Tel. (84)3421-6513.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN) – Faculdade de Medicina da UERN – Rua Miguel Antônio da Silva Neto s/n – Aeroporto. Home Page: <http://www.uern.br> – e-mail: cep@uern.br – CEP: 59607-360 – Mossoró – RN, Tel. (84) 3312-7032.

APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Olá, meu nome é: Lohanny Araujo de Brito sou estudante do curso de graduação em Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e o Sr. (a) está sendo convidado (a), como voluntário (a), à participar da pesquisa intitulada “**Participação popular e a busca pela efetivação de direitos sociais: trajetória do movimento de atingidos pela Barragem das Oiticicas, RN**”.

Pesquisadora Responsável: **Prof^{ra}. Dra. Maura Vanessa Silva Sobreira**

1. DADOS DE CARACTERIZAÇÃO

Idade: _____

Sexo: Feminino () Masculino ()

Qual o seu nível de formação escolar?

Ensino Fundamental Completo () Ensino Fundamental Incompleto ()

Ensino Médio Completo () Ensino Médio Incompleto ()

Possui alguma formação profissional?

Sim () Não ()

Qual (is) _____

Qual a sua participação no Movimento dos Atingidos pela Barragem das Oiticicas?

Participei Diretamente () Participei Indiretamente () Não Participei ()

Está satisfeito com as indenizações recebidas pelo governo?

Muito Satisfeito () Parcialmente Satisfeito () Insatisfeito ()

2. INFORMAÇÕES ACERCA DA TEMÁTICA ESTUDADA

Q1) O que você entende por Movimento dos Atingidos por Barragens?

Q2) O Movimento contribuiu de alguma forma para acelerar a construção da nova Barra de Santana? Em caso afirmativo, cite alguma (s) contribuição (s)?

Q3) Em sua opinião, qual a importância da construção da Barragem das Oiticas?

Q4) Em sua opinião, os entes governamentais cumpriram todas as obrigações com a população atingida pela Barragem das Oiticas?

Q5) Você está tendo ou teve alguma dificuldade de adaptação à nova comunidade? Em caso afirmativo, Quais?

Q6) O que você acha da Nova Comunidade de Barra de Santana?

Q7) Depois da mudança para a nova Barra de Santana, você já voltou à antiga? Em caso afirmativo, como foi?

Q8) Em sua opinião, houve impacto das paralisações das obras da Barragem? Em caso afirmativo, quais foram?

Q9) Em sua opinião, o que você acha que levou a população atingida pela Barragem das Oiticas a fazer tantos “protestos”?

ANEXOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Participação popular e a busca pela efetivação de direitos sociais: trajetória do movimento de atingidos pela Barragem das Oiticicas, RN

Pesquisador: Maura Vanessa Silva Sobreira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 67144123.8.0000.5294

Instituição Proponente: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.968.792

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de caráter descritiva com abordagem qualitativa e participativa apresentada como projeto de Iniciação Científica. Serão recrutados 20 participantes para compor a amostra. O estudo será desenvolvido na comunidade Barra de Santana, situada no município de Jucurutu/RN. Para coleta de dados, será utilizado um questionário semiestruturado organizado por uma série ordenada de perguntas, contendo questões de caracterização dos participantes e questões específicas acerca do tema. A busca dos dados será realizada individualmente em ambiente adequado, preservando e priorizando a sua privacidade e sigilo e será agendado previamente com a população. O instrumento que será utilizado para coletar os dados será um questionário semiestruturado (APÊNDICE B) organizado por uma série ordenada de perguntas, contendo questões de caracterização dos participantes e questões específicas acerca do tema. A coleta de dados acontecerá conforme cronograma previsto. Antes da aplicação do instrumento de coleta os participantes serão informados sobre os objetivos do proposto estudo e será apresentado aos mesmos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a aceitação em participar da pesquisa, mediante a leitura e assinatura do TCLE, a mesma será realizada. A aplicação do instrumento será realizada individualmente em ambiente adequado, preservando e priorizando a sua privacidade e sigilo. Será agendado previamente e respeitará as medidas de biossegurança, tendo em vista o contexto pandêmico. A discente e a coordenadora da pesquisa assumem total responsabilidade pelo uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), bem

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n

Bairro: Aeroporto

UF: RN

Município: MOSSORO

Telefone: (84)3312-7032

CEP: 59.607-360

E-mail: cep@uern.br



Continuação do Parecer: 5.968.792

como, uso de máscara cirúrgica, álcool em gel e distanciamento de dois metros do entrevistado, para que se obtenha uma entrevista segura e dentro das recomendações de combate a COVID -19. A interpretação e análise dos dados obedeceram a um procedimento de análise de conteúdo qualitativos, conforme a técnica de análise de conteúdo de Bardin. Os dados quantitativos serão apresentados em tabelas, a partir da tabulação no programa excel.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar a luta pela efetivação dos direitos sociais da população atingida pela barragem de Oiticica, considerando todos os aspectos sociais envolvidos nesse processo.

Objetivos Secundários:

Compreender o movimento dos atingidos pela barragem das Oiticicas;

Identificar se os direitos sociais da população atingida pela Barragem de Oiticica foram assegurados;

Analisar a construção e implementação de políticas públicas que garantam os direitos das populações atingidas por esse empreendimento;

Observar os aspectos de saúde, moradia, educação, emprego, infraestrutura, ambiente saudável, participação e preservação da cultura comunitária, analisando todas as interfaces envolvidas durante o processo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos

Os riscos mínimos que o participante da pesquisa estará exposto são da dificuldade em falar do assunto devido ser um assunto que mexe com as emoções e com os sentimentos dos mesmos e envolve a cultura e história comunitária. Esses riscos serão minimizados mediante: Garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não será preciso colocar o nome do mesmo; Para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas a discente e o orientador aplicarão o questionário e poderão manusear e guardar os questionários; Sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, visto que não serão divulgados.

Benefícios:

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n

Bairro: Aeroporto

UF: RN

Município: MOSSORO

Telefone: (84)3312-7032

CEP: 59.607-360

E-mail: cep@uern.br



Continuação do Parecer: 5.968.792

O benefício desta pesquisa é a compreensão dos direitos sociais que a população necessita e as políticas públicas que se fazem necessárias para alcançar todos eles

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante por abordar os direitos sociais que a população necessita e as políticas públicas que se fazem necessárias.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios foram apresentados.

Recomendações:

.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pendência 1. O TCLE foi apresentado, mais uma vez, sem a numeração das páginas.

Considerações Finais a critério do CEP:

RECOMENDAÇÕES:

Por se tratar de uma pesquisa a ser submetida no Edital Pibic vigente, com prazo prestes a se encerrar, o CEP sugere que realize as alterações em até um dia útil a partir da emissão deste parecer. Após realizar as alterações e submeter/enviar na plataforma Brasil, envie e-mail ao cep@uern.br com a indicação do título da pesquisa e do respectivo CAAE e solicitação de urgência na apreciação. Caso as alterações tenham solucionado as pendências o parecer de APROVADO será liberado o mais rápido possível (No mais tardar, no dia 31/03, pela manhã). Caso as pendências não tenham sido solucionadas um parecer de PENDENTE será emitido e o projeto voltará a ser apreciado de acordo com o calendário normal de reuniões ordinárias do CEP

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2082468.pdf	26/02/2023 11:43:29		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Lohannyassinado.pdf	26/02/2023 11:43:16	Maura Vanessa Silva Sobreira	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoLohanny.pdf	31/01/2023	Maura Vanessa	Aceito

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n

Bairro: Aeroporto

UF: RN

Município: MOSSORO

Telefone: (84)3312-7032

CEP: 59.607-360

E-mail: cep@uern.br



Continuação do Parecer: 5.968.792

Folha de Rosto	folhaderostoLohanny.pdf	23:15:04	Silva Sobreira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	TCCLohanny.pdf	31/01/2023 23:14:18	Maura Vanessa Silva Sobreira	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	31/01/2023 23:13:17	Maura Vanessa Silva Sobreira	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	31/01/2023 23:13:06	Maura Vanessa Silva Sobreira	Aceito
Declaração de concordância	cartadeanuencia.pdf	31/01/2023 23:11:04	Maura Vanessa Silva Sobreira	Aceito
Outros	InstrumentodeColetaLohany.pdf	31/01/2023 23:10:33	Maura Vanessa Silva Sobreira	Aceito
Declaração de Pesquisadores	_declaracao_inicio_pesquisa_lohannyassinado.pdf	31/01/2023 23:07:26	Maura Vanessa Silva Sobreira	Aceito

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MOSSORO, 28 de Março de 2023

Assinado por:
Ana Clara Soares Paiva Tôres
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n

Bairro: Aeroporto

UF: RN

Município: MOSSORO

Telefone: (84)3312-7032

CEP: 59.607-360

E-mail: cep@uern.br